



MUNICÍPIO DE VILHENA
PODER EXECUTIVO
Gabinete do Prefeito



Ofício nº 029/2025/GAB

Vilhena - RO, 23 de janeiro de 2025.

Ao Senhor
Vereador Celso Eduardo Machado
Presidente da Câmara de Vereadores de Vilhena-RO.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA
DIRETORIA LEGISLATIVA

Data 24/01/2025
Hora 8h 51

Assunto: Encaminha Proposta de Emenda à LOM e Projetos de Leis.

Senhor Presidente,

Encaminho para análise e **deliberação com URGÊNCIA** dessa Câmara de Vereadores a Proposta de Emenda à Lei Orgânica e os Projetos de Leis abaixo:

Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº <u>82</u> /2025	Altera o § 1º, art. 103, da Lei Orgânica do Município.
Projeto de Lei nº <u>7088</u> /2025	Altera e acresce dispositivos à Lei nº 5.205, de 16 de dezembro de 2019.
Projeto de Lei nº <u>7089</u> /2025	Altera o art. 28 da Lei nº 5.823, de 27 de julho de 2022.

Solicito as medidas pertinentes para a **convocação de sessões extraordinárias**, de acordo com o inciso I, art. 59, da Lei Orgânica do Município, para a deliberação e votação das proposições.

Atenciosamente,

Flori Cordeiro de Miranda Júnior
PREFEITO



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
GABINETE DO PREFEITO



MENSAGEM

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores

O presente Projeto de Lei busca a alteração caput do art. 28, da Lei Municipal nº 5.823/2022, revogação do § 1º e alteração da redação do § 2º e § 3º, visando assegurar a autonomia do chefe do Poder Executivo municipal na escolha do ocupante do cargo de Procurador-geral do Município de Vilhena, garantindo maior flexibilidade e agilidade na gestão pública, em consonância a previsão constitucional da Advocacia-geral da União.

A medida é essencial para que o chefe do Poder Executivo possa contar com profissionais de confiança que atendam aos interesses da administração municipal, promovendo, assim, uma gestão mais eficiente e alinhada com as diretrizes do governo.

Além disso, a proposta atende ao princípio da simetria, uma vez que o advogado-geral da União, cargo de chefia do órgão jurídico Federal pode ser escolhido em nível de confiança do chefe do poder executivo Federal, preservando o provimento das funções típicas de advocacia pública com provimento através de concurso público.

O Ministério Público do Estado de Rondônia em decisão recente, datada de 21/10/2024, marcou seu posicionamento jurídico acerca da discussão sobre a forma de provimento do cargo de Procurador-geral do Município, entendendo pela constitucionalidade do provimento do cargo em comissão.

No caso, o órgão ministerial analisando representação por inconstitucionalidade de dispositivo da lei que trata da estrutura administrativa do município de Pimenta Bueno, **seguiu a recente decisão do STF na ADI 6331**, reconhecendo a autonomia política do município amparada na sua prerrogativa de auto-organização administrativa, vejamos:

Conforme exposto e fundamentado na Portaria de ID 292499366, constante nos autos do Procedimento Administrativo nº 2024.0001.012.02323, e segundo o posicionamento majoritário do Supremo Tribunal Federal, a criação do cargo de Procurador-Geral do Município, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, não implica, em tese, afronta aos preceitos constitucionais vigentes.

O Supremo Tribunal Federal, na ADI n.º 6331, já reconheceu que a criação de Procuradorias Municipais está sujeita à escolha política autônoma de cada município, no exercício da prerrogativa de auto-organização, entendimento que deve ser cotejado com a possibilidade de o Advogado-Geral da União ser nomeado livremente pelo Presidente da República que inclusive não se trata de norma de reprodução obrigatória, resguardada a autonomia do ente; (sem destaque no original)



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
GABINETE DO PREFEITO



Sobre a decisão acima citada e o entendimento do STF é cabível o esclarecimento acerca da diferenciação do provimento dos cargos de procurador do município e do cargo de procurador-geral.

O cargo de procurador do Município é inegavelmente de provimento por concurso público, tal como é no município de Vilhena, no Estado e na União, e como previsto na Lei orgânica Municipal, Constituição Estadual e Federal.

A Advocacia-Geral da União-AGU é o órgão de correspondência à Procuradoria-geral do Município- PGM, a AGU tem previsão no artigo 131 da Constituição Federal com a seguinte redação:

Art. 131. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 1º - A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

**§ 2º - O ingresso nas classes iniciais das carreiras da instituição de que trata este artigo far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.
(Destacado)**

Nota-se do dispositivo acima que no parágrafo primeiro há previsão clara de que o cargo de chefia do órgão de assessoramento jurídico da União é de provimento em comissão, ou seja, de livre nomeação e exoneração, e no parágrafo segundo apresenta a previsão clara e indiscutível sobre a regra de provimento dos demais cargos da carreira de assessoramento jurídico através de concurso público.

Em resumo, o STF firmou o entendimento de que tendo o ente municipal optado pela criação de um órgão de assessoramento jurídico o provimento dos cargos de procurador ou advogado deverá ser por concurso público, assim como é em Vilhena, porém a chefia do órgão de assessoramento, seguindo a regra constitucional, é de livre nomeação e exoneração pelo chefe do poder executivo.

A revogação do dispositivo que restringe a ocupação do cargo de Procurador-geral do município a servidores de carreira é uma medida que merece ser considerada com atenção, uma vez que traz benefícios significativos para a administração pública e a sociedade como um todo.

O atual contexto exige flexibilidade e inovação, características que podem ser promovidas pela contratação de profissionais provenientes de fora da carreira pública.



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
GABINETE DO PREFEITO



A presença de profissionais qualificados e com diferentes trajetórias ocupando cargos de chefia eleva a qualidade da defesa dos interesses municipais, proporcionando abordagens modernas e soluções criativas para os desafios enfrentados pela administração pública, com uma atuação mais eficaz e alinhada com as necessidades contemporâneas.

Outro aspecto relevante é a adequação às demandas da sociedade. A revogação da restrição permitirá que o município responda de maneira mais ágil e eficiente às mudanças no cenário jurídico e social, garantindo que a gestão pública esteja sempre alinhada com a geração de resultados na administração pública municipal.

Diante do exposto, não há qualquer óbice jurídico, constitucional ou conflito de entendimento de órgão de controle, capaz de afastar a proposta de **revogação § 1º do art. 28, da Lei municipal nº 5.823/2022**, para garantir que o provimento do cargo de chefia da Procuradoria-Geral do Município de Vilhena, seja de livre nomeação e livre exoneração, adequando-o a previsão constitucional do art. 131, § 1º da Constituição Federal.

Na oportunidade se propõe a alteração do caput do art. 28 para correções gramaticais, bem como a **alteração do § 2º** para retirar a função gratificada do Procurador-geral, que em razão da alteração da forma de provimento do cargo, para Cargo de provimento em comissão, que incompatível com o recebimento de gratificação.

Propõe-se ainda a **alteração do § 3º** que altera do Procurador-geral para o prefeito a competência de nomeação de procuradores para a composição de órgão colegiado para fins de resolução de conflitos extrajudiciais.

Atenciosamente,

Flori Cordeiro de Miranda Junior
PREFEITO



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
GABINETE DO PREFEITO



EM BRANCO



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº 7089 /2025

ALTERA O ART. 28 DA LEI Nº 5.823, DE 27 DE
JULHO DE 2022.

LEI:

Art. 1º Fica alterado o art. 28 da Lei nº 5.823, de 27 de julho de 2022, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Procuradores Municipais, que passa a vigor com a seguinte redação:

(...)

Art. 28. O exercício de função gratificada - FG acarretará o recebimento de gratificação de representação que será acrescida à remuneração do Procurador Municipal, após designação por ato do Chefe do Poder Executivo, conforme símbolo e valor fixados em lei.

§ 1º REVOGADO.

§ 2º A FG do Subprocurador-Geral não será inferior ao subsídio do secretário adjunto.

§ 3º Cabe ao Chefe do Poder Executivo a nomeação de procuradores para a composição de órgão colegiado para fins de resolução de conflitos extrajudiciais.

(...)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal.
Vilhena - RO, 22 de janeiro de 2025.

Flori Cordeiro de Miranda Junior
PREFEITO